

Como no teatro, coxia funciona no Congresso

A larga experiência parlamentar do presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, seria pouco para livrá-lo de embarços na condução das sessões plenárias. O peso da cadeira, reconhecido pela deputada Benedita da Silva (PT-RJ) na primeira vez que a ocupou, exige uma presteza que dificilmente uma única cabeça alcançaria. E também muito jogo para uma cintura só.

No caso específico do deputado Ulysses Guimarães, há contrapesos à inegável habilidade parlamentar. No mínimo, ele correria o risco, se sozinho na mesa, de aplicar o regimento da Constituinte na Câmara e vice-versa. E gafes como a do ministro Bresser Pereira na festa de aniversário do tripresidente, chamando o governador Eptácio Cafeteira, do Maranhão, de Prisco, ao confundir-lo com o deputado Prisco Viana (PMDB-BA), seriam constantes.

Ninguém tem um computador na cabeça para identificar na hora o nome dos 559 constituintes ou o dispositivo do regimento interiro a ser usado, na resposta, a uma questão de ordem. E se cada vez que precisasse recorrer aos dispositivos regimentais, o presidente da mesa tivesse que passar as páginas do livrinho, não teríamos nova Constituição nem no ano 2.000. Por essas e outras é que a Constituinte, a exemplo dos teatros, também tem a sua coxia. Como, aliás, igualmente as adotam o Senado, a Câmara e o Congresso, cada qual com regimento próprio.

A diferença é que a coxia do teatro é discreta, escondida sob o palco. Não se vê alguém cochichar no ouvido do ator. Na Constituinte, a cena é comum na imponente mesa do plenário. Qualquer leigo, percebe quando um funcionário, por exemplo, alerta o presidente dos trabalhos de que está esgotado o tempo do orador. Certa vez, numa sessão da Constituinte, alguém soprou para o deputado Humberto Soufo que o deputado Gumercindo Milhomem (PT-SP) discursava sem gravata da tribuna. Foi o suficiente para que interrompesse o parlamentar petista, gerando uma onda de protestos e interpretações regimentais.

De outra vez, o deputado

Fábio Feldmann (PMDB-SP) ligou sua secretária eletrônica na tribuna e um funcionário veio aos ouvidos do presidente dizer que Feldmann, e não a secretária, estava inscrito para falar. Enfim, há uma infinidade de casos parecidos, como de outros em que a gafe acabou acontecendo ou a situação descambou para o cômico. Como da vez em que o deputado Ulysses Guimarães concedeu a palavra ao senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que começou a dar verdadeira aula da tribuna, ultrapassou em muito o tempo e o tripresidente, constrangido, não queria interrompê-lo mas não podia conferir-lhe privilégios sobre os demais.

Imediatamente entrou em ação o secretário-geral da mesa, o competente e dedicado Paulo Afonso. Só que o constrangimento de interromper a aula de direito constitucional do professor Arinos também o dominou e ele ameaçava mostrar o relógio ao orador e recuava várias vezes, chegando bem próximo à tribuna. A essa altura, todos já riam e o próprio senador percebeu o que ocorria, poupando a todos, se desculpando e deixando para o orador seguinte a tribuna.

BATALHÃO DA COXIA

Há cerca de 20 anos no cargo, Paulo Afonso é uma espécie de enciclopédia viva consultada diariamente, numa verdadeira romaria a seu gabinete, por parlamentares das mais variadas tendências. Mas ele é apenas o general do ército que atua nas coxias, ajudando o presidente dos trabalhos a sustentar o peso da cadeira. Um batalhão toma postos sempre antes do início das sessões e garante qualquer parlamentar que assuma o posto máximo da mesa.

Mesmo que entedesse pouco do que se passa na sessão, o presidente poderia estar tranqüilo. Os destaques são colocados à sua frente, ordenados, classificados por assunto, autor e "endereçados", ou seja, com a indicação do artigo a que se refere dentro do substitutivo. A cena de orientação da presidência, aliás, é comum. O secretário-geral chega por trás do presidente, cochi-

cha, entrega um pedaço de papel e, em seguida, este determina de que modo a sessão continuará.

Esta equipe, que fica nas coxias da Constituinte, é na verdade a responsável pelo azeitamento da máquina de votação dos artigos na Comissão de Sistematização. Se os trabalhos não estão andando depressa, a culpa não é destes técnicos, mas do próprio processo de votação — nominal e muitas vezes obstruídos pelos impasses políticos. São quase 100 técnicos — 60 dos quais ocupados somente na classificação dos destaques e na adequação dos textos ao processo de votação.

O assessor Carlos Brasil chefia a equipe dos 60. "O trabalho é muito demorado" — afirma — "temos que determinar primeiro a que parte do texto o destaque se refere e classificá-lo". O processo de classificação exige, do funcionário, conhecimento profundo do regimento. Dependendo da classificação — há destaques supressivos, substitutivos, modificativos e aditivos — as propostas adquiririam privilégios para serem votadas — as supressivas primeiro, e assim sucessivamente.

Depois disto, os assessores devem colocar os destaques em outra ordem, das mais abrangentes para as menos abrangentes. Por último, há ajustes de última hora, feitos em plenário, dependendo de acordos feitos entre as lideranças partidárias. Para que tudo corra bem, é necessário que os funcionários estejam atentos à sessão. Qualquer "escorre" é notação pelo parlamentar autor da proposta, que reage imediatamente, e normalmente faz um grande barulho em torno do engano.

Para que a votação no plenário da Constituinte corra sem nenhum problema, e prevendo um substancial acréscimo no volume de trabalho, a secretaria-geral está preparando uma ampliação dos quadros de funcionários que farão o trabalho de classificação dos destaques. Pelo menos 150 assessores serão convocados, além de estar prevista a ampliação da mesa que recebe os destaques. Para a Sistematização, havia quatro funcionários recebendo as emendas — para o grande plenário serão 15.